

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.536 - MG (2019/0029470-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : **BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADO : **FLÁVIO COUTO BERNARDES - MG063291**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 30ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG**
INTERES. : **DEBORA ALVES MARTINS**
ADVOGADOS : **LUCI ALVES DOS SANTOS CARVALHO - MG062156**
GUILHERME SIQUEIRA FALCE NETO E OUTRO(S) - MG083828
MARCIA GUIMARAES - MG070193

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo nº 5000038-80.2017.8.13.0231), e o r. Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, onde tramita a Reclamação Trabalhista nº 0011369-24.2015.5.03.0109, ajuizada por Débora Alves Martins.

Afirma a suscitante que formulou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 10/01/2017, pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Sustenta, contudo, que o r. juízo suscitado determinou o prosseguimento da execução trabalhista em apreço, embora caiba ao juízo universal, com exclusividade, a deliberação de definição acerca do caráter concursal ou extraconcursal de créditos em processos de recuperação judicial. Aduz, nesse contexto, que "(...) o Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG (...) determinou fosse dado prosseguimento à execução em desfavor da empresa suscitante, ultimando atos expropriatórios de bens da mesma. Ocorre que ela se encontra em Recuperação Judicial, estando o crédito em questão sujeito ao concurso de credores, de forma que o pagamento será feito nos exatos termos do Plano de Recuperação Judicial."

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução trabalhista com a consequente designação do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de

Ribeirão das Neves/MG, para decidir sobre a destinação dos valores apurados.

No **mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS.
PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016; AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012.

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 15/21 (Juízo da Recuperação Judicial) e às fls. 341/342 (Justiça do Trabalho), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face das suscitantes, o devido exame pelo Juízo Recuperacional. Com efeito, prudente se afigura o provimento liminar, devendo

limitar-se, porém, a atos que afetem o acervo patrimonial das suscitantes, inexistindo impedimento para que a execução prossiga, se for o caso, contra outras pessoas, se igualmente responsáveis pela satisfação do crédito trabalhista (Súmula 480/STJ).

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defere-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constitutivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0011369-24.2015.5.03.0109, em curso no r. Juízo da 30ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, afetem o patrimônio da suscitante, e **designa-se** o Juízo da Recuperação Judicial da 1ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator